

RESUMO - GT4: DIREITOS, EMERGÊNCIAS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

**A JUSTIÇA CLIMÁTICA COMO UM MECANISMO DE GARANTIA DO
DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: PERCEPÇÕES SOBRE O NEXO
CLIMA E FOME NO SUL GLOBAL**

Luísa Tejo Salgado Catão (luisatejocatao@gmail.com)

Direitos Humanos são definidos como prerrogativas universais, inalienáveis e inerentes à condição da existência humana, pautados na igualdade e na não discriminação por qualquer natureza. Assim, o direito à alimentação ganha face jurídica no seio dos Direitos Humanos ao configurar-se como uma extensão do direito à vida e um elemento indispensável à dignidade humana. No entanto, a efetivação deste direito encontra-se cada vez mais dificultada em razão do aprofundamento das mudanças climáticas, que afetam especialmente os países do Sul Global. Os efeitos da crise ambiental incluem eventos climáticos extremos, escassez de água e desastres ambientais, que possuem o potencial de comprometer drasticamente o ciclo das safras, as plantações e a disponibilidade de alimentos. Os países periféricos são os que mais sofrem com as mudanças climáticas devido às suas infraestruturas mais frágeis e economias mais desiguais, o que torna difícil a tarefa de produzir, transformar e consumir alimentos enquanto enfrenta-se constantes eventos climáticos extremos. Nesse sentido, é válido resgatar a noção de Justiça Climática, que diz respeito ao entendimento de que as populações e nações que menos contribuíram para o agravamento das mudanças climáticas são precisamente aquelas que mais sofrem com elas, e, a partir disso, é necessário que as políticas de transição energética e resiliência climática possuam como princípio

a equidade, a justiça e a participação democrática de grupos marginalizados. Dessa forma, considerando as mudanças climáticas como um processo de consequências multidimensionais, nota-se que a promoção da justiça climática possui, também, benefícios multidimensionais, a exemplo de sua utilização como um mecanismo para a efetivação do direito humano à alimentação. A adaptação das comunidades a novas formas de se produzir e consumir alimentos face às mudanças climáticas deve ter como princípio orientador a justiça climática a fim de reduzir as desigualdades internacionais e a fome nos países do Sul Global. O problema abordado no trabalho tem como base a seguinte pergunta de pesquisa: “Como a justiça climática pode ser instrumentalizada para a promoção do direito humano à alimentação?” e, como objetivo geral, pretende-se demonstrar que as mudanças climáticas representam uma ameaça ao direito à alimentação, um fenômeno que afeta o Sul Global de forma muito mais acentuada do que os países desenvolvidos, o que exige uma solução pautada na justiça climática. O trabalho tem como justificativa a cada vez mais indissociável ligação entre mudanças climáticas e aumento da fome nos países periféricos, o que nos leva a compreender as implicações negativas das mudanças climáticas para o pleno gozo da dignidade e dos direitos humanos, construindo uma visão expandida, multifacetada e profunda do tema. A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos, capítulos de livros, convenções internacionais de direitos humanos e dados referentes ao impacto das mudanças climáticas em países subdesenvolvidos, bem como dados referentes à fome e à insegurança alimentar nesses locais.

Palavras-chave: justiça climática; direito humano à alimentação; fome; sul global.